

A NOVA GESTÃO PÚBLICA E O GERENCIALISMO: REBATIMENTOS NAS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EXTERNA E EM LARGA ESCALA

Welcianne Iris de Queiroz
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
welcianne.iris@unesp.br

INTRODUÇÃO

O trabalho em tela, recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, é um estudo teórico que tem como objetivo discutir sobre as repercussões do gerencialismo e da nova gestão pública (NGP) nas políticas educacionais, sobretudo, aquelas que têm as avaliações externas e em larga escala como instrumento de regulação e aquilatação da qualidade da educação básica. Guia-se, portanto, pela seguinte questão norteadora: como as avaliações externas e em larga escala, no contexto da NGP e do gerencialismo, na busca por resultados de excelência e qualificação da educação básica, têm impactado as práticas pedagógicas nas/das escolas e de seus atores? Para tanto, dentro do recorte de estudo, recorre-se à pesquisa qualitativa do tipo teórica/bibliográfica, buscando “ordenar ideias, sistematizar pressupostos teóricos e estruturar explicações” (DEMO, 1982, p. 14) acerca da temática. Para análise das políticas educacionais, ampara-se nos aportes teóricos analíticos do ciclo de políticas propostos por Stephan Ball.

Convém destacar que o presente texto adota as nomenclaturas: “avaliações externas e em larga escala” da forma como concebe Perboni (2016, p. 18-19), integradas, porém, não sinônimas, pois, “na configuração como são formuladas na atualidade se caracterizam como algo concebido externamente à escola e aplicadas a um grande contingente de alunos.”

POLÍTICA EDUCACIONAL DE AVALIAÇÃO EXTERNA E EM LARGA ESCALA

Nas últimas décadas ocorreram significativas redefinições no papel do Estado em âmbito mundial, advindas da ideologia neoliberal, segundo a qual o Estado (setor público) está em crise por que é mau gestor dos recursos públicos; o setor privado é sinônimo de eficiência e eficácia. Face a esse quadro, seria necessário um novo modelo de gestão pública, alinhado aos pressupostos neoliberais, que desse conta das demandas imanadas das mudanças no papel do Estado, na qual os princípios do setor privado seriam incorporados como referência para organizações públicas

em todas as esferas de governo. Tal modelo, conhecido como gerencialismo, tem como mote a otimização de recursos, ou seja, aumento da eficácia e da eficiência do setor público com o mínimo de investimentos, utilizando-se, entre outros mecanismos, da regulação e da lógica de resultados de desempenho que incentivam a competitividade e a concorrência nos diferentes setores estatais.

Nos anos de 1980, em toda a América Latina foram amplamente divulgados indicadores educacionais que apontavam a má qualidade dos sistemas de ensino. Esses indicadores, na visão neoliberal, evidenciavam a crise de eficácia, eficiência e produtividade dos sistemas educacionais latino-americanos sob o monopólio estatal (GENTILI, 1998). A saída seria introduzir a educação nos princípios mercadológicos de meritocracia, competição, ranqueamento e *accountability* – avaliação, prestação de contas e responsabilização (AFONSO, 2012) –, sob a égide do argumento de que tais princípios podem elevar a qualidade educacional. Ou seja, a educação seria regida pelos ditames gerencialistas.

Assim, as políticas educacionais herdaram do contexto das políticas públicas as orientações e prescrições do gerencialismo e da NGP que têm como foco a eficiência, eficácia, competitividade, descentralização, desenvolvimento estratégias de gestão voltadas para a avaliação de desempenhos e por resultados. Nesse sentido, Ball (2002) compreende que, na verdade, no que diz respeito à educação, o Estado não é “mínimo”, apenas alterou a forma de controle, um processo que o autor chama de re-regulação. “O Estado não deixou de controlar a educação, pelo contrário, com as políticas de avaliações externas e em larga escala, ele aumentou seu controle sobre ela.” (SANTANA, 2018, p. 42).

No Brasil, esse processo de mudança iniciou-se em 1990, com Fernando Collor de Melo, e foi efetivamente implementado no governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. Assim, sob a égide de que os preceitos gerenciais e performáticos poderiam elevar a qualidade educacional, a partir de 1990, os testes padronizados (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – SAEB) ganham vulto e passam a ser o principal indicador da qualidade educacional. Essa, por sua vez, seria alcançada à medida que os índices se elevassem.

CONCLUSÕES

A literatura especializada no campo das avaliações externas e em larga escala, em sua maioria, não as consideram um problema em si mesmo, mas sim, os (des)usos de seus resultados e das consequências que deles decorrem. Tal literatura denuncia que, no contexto da escola, inserida num modelo de gestão educacional gerencialista, informada pelo ideário neoliberal, essas avaliações têm desbordado suas funções precípuas e assumido contornos de controle, regulação, aprisionamento da autonomia da escola e de seus atores, transformando a escola em verdadeiros mercados (FREITAS, 2018).

Na ótica neoliberal, se os resultados não forem satisfatórios, haverá consequências. Assim, no âmbito da NGP, prêmios e sanções são estabelecidos a depender desses resultados. A aceitação dessa lógica no contexto educacional impactará a escola em dois aspectos principais: materialidade e cultura escolar (FREITAS, 2012).

Em sua materialidade, porque alcança, por meio normativo, o espaço concreto de ação no contexto escolar: I) padronizações (currículos e avaliações) – causam o estreitamento curricular, pois, na busca por bons resultados, passa-se a ensinar aquilo que será avaliado; II) adoção de uma gestão gerencial baseada em avaliações e metas – os resultados das avaliações passam a guiar a vida escolar. A elevação da nota da escola é estabelecida como referência de qualidade, o que leva à ocultação do debate sobre as finalidades educativas, favorecendo a captura da ação pedagógica pelo *status quo* (FREITAS, 2018); III) a destruição da escola pública – a responsabilização e meritocracia são duas categorias imbricadas que abrem caminho para uma terceira, a da privatização. Ou seja, as duas primeiras visam criar um ambiente para ampliar a privatização do sistema público de educação (FREITAS, 2012).

Em sua cultura, essa lógica ocasiona: I) a desmoralização do professor por meio da publicização e da responsabilização pelos resultados, imputando a eles e às escolas um conjunto de prêmios e sanções, a depender dos índices alcançados. Eles têm seu trabalho reduzido ao de mero executor de diretrizes, alijados do processo de concepção de seu trabalho, tidos como mal formados, acomodados e improdutivos, precisando ser motivados com prêmios para que desenvolvam sua melhor performance (BALL, 2002); II) insere os alunos em uma cultura de

competição e meritocracia, inculcando nas novas gerações a naturalização das diferenças sociais, pois não têm mérito porque não se esforçou, transformando colegas de classe em concorrentes, extinguindo a solidariedade e senso de coletividade. Tal lógica termina por se transformar em um estilo de vida, pois não apenas modula ações como se incorpora ao conjunto de crenças e cosmovisão dos sujeitos (DARDOT; LAVAL, 2016).

Tais considerações apontam para a dimensão política que as avaliações externas e em larga escala possuem, ganhando relevo e emergência a análise tanto de suas finalidades e propósitos, quanto dos efeitos que essas podem ter nos sistemas educativos em que são implementadas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012.

BALL, S. J. Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista Portuguesa da Educação**, v. 15, n. 2, p. 3-23, 2002.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEMO, Pedro. **Pesquisa participante**: mito e realidade. Brasília: INEP, 1982.

FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério a destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação**: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso**: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

PERBONI, Fábio. **Avaliações externas e em larga escala nas redes de educação básica dos estados brasileiros**. 2016. 268f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

SANTANA, A. M. C. A constituição do Estado avaliativo e o aumento das avaliações externas: propagando um ensino desigual para todos. *In*: ROTHEN, J.C.; SANTANA, A. C. M. (org.). **Avaliação da educação**: referência para uma primeira conversa. São Carlos: EdUFSCar, 2018.